



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

CLIPPING

9 de fevereiro de 2018

- SÃO LUÍS - Reunião do deputado estadual Rogério Cafeteira com o procurador-geral de justiça, Luiz Gonzaga Martins Coelho, pra tratar de medidas quanto aos moradores dos empreendimentos da construtora Cyrela na capital
- SÃO LUÍS – Participação de servidores do MPMA em doação voluntária de sangue no Hemomar
- PENALVA – Alerta do MPMA quanto à venda de bebidas alcoólicas a menores de 18 anos nos municípios de Penalva e em Igarapé do Meio
- CANTANHEDE – ACP em desfavor do ex-prefeito José Martinho Barros e dos ex-presidentes do IAPMC, Raimundo Cidinho Amaral e David dos Santos Amaral, além do ex-secretário de Administração e Finanças e ex-tesoureiro do instituto, Antônio Emetério Batista, em função de desvio de contribuições previdenciárias
- TIMON – Vistoria do MPMA sobre acessibilidade nos supermercados do município
- SÃO LUÍS – Decisão sobre paralisação da construção do Terminal Portuário, em função de ACP do MPMA
- SÃO LUÍS – O juiz da Vara de assuntos Difusos e Coletivos, Douglas Martins, vai exigir o enquadramento da Câmara de Vereadores na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)
- SÃO LUÍS – Requerimento do vereador Cezar Bombeiro ao procurador-geral de justiça, Luiz Gonzaga Martins Coelho, para análise sobre o aumento das passagens de ônibus
- SÃO LUÍS – Denúncia sobre desativação do anexo da Funac, na Aurora, e a instalação de companhia da PM
- INSTRUÇÃO NORMATIVA TCE / CARNAVAL – Reunião da Famem x Assembleia Legislativa e apresentação de PEC
- INSTRUÇÃO NORMATIVA TCE / CARNAVAL – Emissão de Portaria Secretaria de Estado de Cultura e Turismo com o mesmo teor
- CASO SAMIR EVERTON – Delegacia da Mulher investiga denúncia sobre assédio do radialista a mulheres
- Aumento de 12% no número de mortes em leitos estaduais do SUS
- Reforço de denúncias de deputados sobre uso de máquina política por secretários estaduais
- Polícia

MPMA



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> O progresso
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input type="checkbox"/> O 4º poder
<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
EDITORIA			
<input checked="" type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida	<input type="checkbox"/> Geral	<input type="checkbox"/> Polícia
		Outros	
DATA	09 02 / 2018	PÁG.	03
		<input type="checkbox"/> Gerada	<input checked="" type="checkbox"/> Espontânea
		<input checked="" type="checkbox"/> Positiva	<input type="checkbox"/> Negativa

Cafeteira se reúne com procurador-geral de Justiça para tratar do "caso Cyrela"

O líder do governo, deputado Rogério Cafeteira (PSB), se reuniu, na tarde desta quinta-feira (8), com o procurador-geral de Justiça, Luiz Gonzaga Coelho, para tratar do caso de moradores dos empreendimentos da empresa Cyrela, que o procuraram na tarde de ontem (7), em busca de mais ajuda para solucionar o impasse vivido em função de falhas identificadas nos empreendimentos. Cerca de 15 mil pessoas estão sendo prejudicadas.

O parlamentar destacou que o Ministério Público já vem atuando com uma postura firme em relação às reclamações apresentadas pelos moradores, inclusive mobilizando uma força-tarefa dentro da instituição para atender o anseio desses cidadãos.

Cafeteira disse que o objetivo da conversa foi o de colocar o Legislativo à disposição para somar forças nesta luta. "O Legislativo se coloca à disposição para somar forças com o Ministério Público – que já vem nesta luta – e juntos buscarmos uma solução", enfatizou.

Reclamações – De acordo com relato dos moradores, os condomínios Vitória São Luís, Jardins, Brisas, Pleno Residencial e Farol da Ilha, enfrentam problemas na tubulação do gás, fiação elétrica, hidrantes que não funcionam e rachaduras.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> O progresso
<input checked="" type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input type="checkbox"/> O 4º poder
<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Debate		
EDITORIA			
<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida	<input type="checkbox"/> Geral	<input type="checkbox"/> Polícia
Outros	Concito Social		
DATA	09 / 02 / 2018	PÁG.	05
<input checked="" type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa			

click Especial



Servidores do MPMA participaram da doação voluntária de sangue no Hemomar

Na manhã desta quinta-feira, 8, servidores do Ministério Público do Maranhão doaram sangue na sede do Centro de Hematologia do Maranhão (Hemomar), localizada no bairro Jordoá, em São Luís. A ação voluntária integra o programa de Qualidade de Vida no Trabalho da instituição ministerial e contribui com a campanha de doação de sangue, promovida pelo Hemomar, neste período de Carnaval.

Além dos servidores, participou da atividade o promotor de justiça Márcio Thadeu Silva Marques (assessor especial da PGJ). O trabalho foi coordenado pela equipe de Saúde Funcional da PGJ.

Para doar sangue, além dos documentos de identificação, são necessários teste de glicemia, aferições da pressão arterial e do peso e triagem clínica. Passadas essas etapas, o voluntário, se considerado apto, é encaminhado para a sala de doação. Ao todo, 12 pessoas participaram do procedimento.

O promotor de justiça Márcio Thadeu Marques declarou que a ação do MPMA, materializada por membros e servidores, tem propósito de responsabilidade social. "É um gesto que faz bem, inclusive para o doador, pela certeza de que está ajudando a salvar vidas", destacou.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> O progresso <input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> Debate <input checked="" type="checkbox"/> Extra <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias <input type="checkbox"/> O 4º poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog	
EDITORIA	
<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input checked="" type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia <input type="checkbox"/> Outros	
DATA	09 / 02 / 2018
PÁG.	02
<input checked="" type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

MPMA alerta sobre proibição de venda de bebidas alcoólicas a menores de 18 anos

Com a proximidade do Carnaval, o Ministério Público do Maranhão (MPMA) toma medidas para coibir a venda de bebidas alcoólicas a menores de 18 anos, conforme determina a legislação.

Em Penalva (a 257km de São Luís), no dia 1º de fevereiro, o promotor de justiça Rogernilson Ericelira Chaves expediu Recomendação, em parceria com o juiz Carlos Alberto Matos Brito, alertando sobre a proibição dos referidos produtos a crianças e adolescentes.

No município de Igarapé do Meio (distante 225 km da capital), o promotor de justiça José Frazão Sá Menezes Neto (titular da Comarca de Monção, da qual Igarapé do Meio é

termo judiciário), em 1º de fevereiro, firmou Termo de Compromisso com os proprietários de clubes, bares e estabelecimentos noturnos para o combate à venda de bebidas alcoólicas a menores de 18 anos.

O MPMA se baseou no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90), que proíbe a venda ou o fornecimento de bebidas alcoólicas a menores de 18 anos. A pena prevista para este crime é detenção de dois a quatro anos, mais o pagamento de multa.

CONTROLE - Na Recomendação, foi indicado que os proprietários ou responsáveis por clubes, bares e outros estabelecimentos, onde serão realizados bailes e eventos de Carnaval,

com ou sem cobrança de ingressos, efetuem um rigoroso controle de acesso aos referidos locais, para que não seja permitida a entrada de crianças e adolescentes desacompanhados dos pais ou responsáveis legais.

O controle deve ser efetuado mediante apresentação de documentos de identidade da criança ou adolescente e de seus pais ou responsáveis, incluindo, neste último caso, termos de guarda ou tutela.

Também foi recomendado que os proprietários dos estabelecimentos se abstenham de vender, fornecer ou servir bebidas alcoólicas a crianças e adolescentes, afixando em local visível ao público cartazes com o alerta da proibição.

Os responsáveis pelos estabelecimentos devem se empenhar em coibir o fornecimento de bebidas alcoólicas a crianças e adolescentes por terceiros, suspendendo de imediato a venda, caso seja identificada a comercialização dos produtos. Neste caso, a Polícia Militar deve ser acionada, para que seja efetuada a prisão em flagrante pela prática do crime tipificado no artigo 243, da Lei nº 8.069/90.

Igualmente foi sugerido que seja assegurado o livre acesso do Conselho Tutelar, assim como dos representantes do Ministério Público e Poder Judiciário e órgãos de segurança pública aos estabelecimentos, para coibir e reprimir eventuais infrações.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
() O Estado do MA () O Imparcial <input checked="" type="checkbox"/> Pequeno () O progresso () Atos e Fatos () Debate			
() Extra () A tarde () Correio de Notícias () O 4º poder () Internet / Blog			
EDITORIA			
() Política () Cidades / Vida () Geral () Polícia		Outros	Ato, Fato e Barato
DATA	09 02 / 2018	PÁG.	02
<input checked="" type="checkbox"/> Gerada () Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva () Negativa			

Desce

O Ministério Público do Maranhão ajuizou, no dia 1º de fevereiro, Ação Civil por improbidade administrativa contra o ex-prefeito de Cantanhede, José Martinho dos Santos Barros; os ex-presidentes do Instituto de Aposentadoria e Pensões do Município de Cantanhede (IAPMC), Raimundo Cidinho Matos Amaral, Davi dos Santos Amaral; e o ex-secretário de Administração e Finanças e ex-tesoureiro do referido instituto, Antônio Emetério Batista. Todos foram acionados pelo desvio dos recursos previdenciários dos servidores municipais entre os anos de 2009 e 2015.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO				
() O Estado do MA () O Imparcial <input checked="" type="checkbox"/> Pequeno () O progresso () Atos e Fatos () Debate () Extra () A tarde () Correio de Notícias () O 4º poder () Internet / Blog				
EDITORIA				
() Política () Cidades / Vida () Geral () Polícia	Outros <u>Estado</u>			
DATA	09 02 / 2018	PÁG.	06	<input checked="" type="checkbox"/> Gerada () Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva () Negativa

Cantanhede

Desvios das contribuições previdenciárias motivam ação do Ministério Público

O Ministério Público do Maranhão ajuizou, no dia 1º de fevereiro, Ação Civil por improbidade administrativa contra o ex-prefeito de Cantanhede, José Martinho dos Santos Barros; os ex-presidentes do Instituto de Aposentadoria e Pensões do Município de Cantanhede (IAPMC), Raimundo Cidinho Matos Amaral, Davi dos Santos Amaral; e o ex-secretário de Administração e Finanças e ex-tesoureiro do referido instituto, Antônio Emetério Batista. Todos foram acionados pelo desvio dos recursos previdenciários dos servidores municipais entre os anos de 2009 e 2015. A investigação foi iniciada em 2017 pelo promotor de justiça Tiago Carvalho Rohrr, que também é o autor da ação, após auditoria realizada no Regime Próprio de Previdência social (RPPS) do Município de Cantanhede e no IAPMC pela Secretaria de Políticas de Previdência Social, vinculada, à época, ao então Ministério do Trabalho e Previdência Social. Foi constatado que as contribuições eram descontadas dos segurados e não eram repassadas à unidade gestora do RPPS; reiterada ausência de repasse das contribuições devidas e descumprimento

dos termos de parcelamento e desvio de recursos do RPPS.

Segundo o Ministério Público, os débitos do Poder Executivo municipal com a previdência são de R\$ 9.466.679,92, relacionados a falta de repasse à unidade gestora do RPPS, repasses sobre benefícios de auxílio-doença e salário-maternidade e parcelas atrasadas do Acordo de Parcelamento com a Previdência Social. Diante do prejuízo, o MPMA pediu à Justiça que determine, em caráter liminar, a indisponibilidade das aplicações financeiras, contas bancárias e bens dos réus no valor de R\$ 20.002.214,00. O valor corresponde aos débitos atualizados. A Promotoria de Justiça de Cantanhede pediu ao Poder Judiciário que os requeridos sejam condenados por improbidade administrativa, estando sujeitos a ressarcimento integral do dano, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos, pagamento de multa civil e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou créditos, direta ou indiretamente.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO				
() O Estado do MA () O Imparcial (X) Pequeno () O progresso () Atos e Fatos () Debate () Extra () A tarde () Correio de Notícias () O 4º poder () Internet / Blog				
EDITORIA				
() Política () Cidades / Vida () Geral () Polícia () Outros <u>Estado</u>				
DATA	09 02 / 2018	PÁG.	06	() Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa

Timon

MPMA avalia acessibilidade e atendimento em supermercados

O Ministério Público do Maranhão tem vistoriado, desde 30 de janeiro, os supermercados de Timon, verificando o cumprimento das legislações de defesa do consumidor, do idoso e de pessoas com deficiência. As vistorias são coordenadas pelo promotor de justiça Fernando Antônio Berniz Aragão, titular da 2ª Promotoria de Justiça Criminal e que está respondendo pelas promotorias de justiça com atribuições na defesa do consumidor, do idoso e das pessoas com deficiência, em conjunto com o Procon e a Vigilância Sanitária do Município.

Durante as visitas, realizadas em uma unidade do Mateus Supermercados e uma do Comercial Carvalho, servidores do Ministério Público entrevistaram consumidores a respeito da qualidade do serviço prestado e do cumprimento da legislação.

Apesar dos órgãos de fiscalização não terem encontrado irregularidades, o promotor de justiça reforçou a orientação pelo respeito às filas prioritárias em todos os caixas e açougues. Na loja do Comercial Carvalho, que estava passando por uma reforma, houve também a orientação por melhorias que facilitem a circulação de cadeirantes.

Nas vistorias, o promotor Fernando Berniz também pactuou com o Grupo Carvalho a doação de produtos para o Presídio Jorge Vieira, Presídio Regional de Timon, ao Lar da Criança Promotora Elda Maria Alves Moureira, além de outras instituições sem fins lucrativos de Timon. O Grupo Mateus está analisando a possibilidade das doações.

Outros supermercados ainda serão vistoriados pelo Ministério Público, em datas ainda não confirmadas.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
() O Estado do MA () O Imparcial () Pequeno () O progresso () Atos e Fatos () Debate (X) Extra () A tarde () Correio de Notícias () O 4º poder () Internet / Blog			
EDITORIA			
(X) Política	() Cidades / Vida	() Geral	() Polícia
Outros			
DATA	09 / 02 / 2018	PÁG.	03
() Gerada (X) Espontânea (X) Positiva () Negativa			

Justiça manda parar obras de construção do Terminal Portuário de São Luís

Uma decisão proferida pela Vara de Interesses Difusos e Coletivos da Ilha de São Luís determinou, que a empresa WPR Gestão de Portos e Terminais LTDA se abstenha imediatamente de dar continuidade às obras de implantação do empreendimento Terminal Portuário São Luís, sob pena de multa diária de R\$ 50 mil. A decisão, concedida em tutela de urgência, tem a assinatura do juiz titular Douglas de Melo Martins, que designou audiência de conciliação para o dia 11 de abril.

A ação foi proposta pelo Ministério Público, alegando a empresa tem a pretensão de implantar o empreendimento Terminal Portuário de São Luís na região do Golfão Maranhense, localizado a sudoeste do Município de São Luís, mais precisamente, na localidade Cajueiro (Vila Maranhão). O MP enfatiza que a empresa tem a Autorização para Supressão de Vegetação Licença de Instalação, as quais o órgão considera repletas de irregularidade, de forma que vem suprimindo vegetação proibida de corte na área citada. "A referida autorização fora expedida em 02/06/2016, ou seja, antes mesmo da licença de instalação, que só fora expedida em, 02/08/2016, fato que corrobora a situação de irregularidades no processo de licenciamento", diz a ação.

O MP afirma ainda que o local da construção é área de mangue, e essa circunstância não foi verificada no licenciamento ambiental. Informou que a Defensoria Pública encaminhou documentação relatando situação de supressão de mata, em especial de espécimes que foram proibidas de serem cortadas.

Para o juiz da Vara de Inte-

resses Difusos, foram preenchidos os requisitos exigidos pelo Código de Processo Civil, uma vez que se trata de pedido de urgência, que denuncia possível agressão severa a importantes recursos ambientais legalmente protegidos e essenciais à plena qualidade da biota (conjunto de todos os seres vivos de uma região). "Os documentos corroboram as afirmações da parte autora e evidenciam em juízo preliminar de urgência a ocorrência de atos praticados pela parte requerida em desacordo com a legislação ambiental vigente, pois conforme registro fotográfico feito pela Defensoria Pública Estadual restam razoáveis indícios de que ela vem suprimindo palmeiras de babaçu, vegetação proibida de corte pela Licença de Instalação", explica o juiz na decisão, enfatizando haver congruência entre os documentos emitidos pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente e o Plano de Corte de Vegetação Nativa de autoria da empresa.

Segundo a decisão, é notório o grave risco de comprometimento do meio ambiente e perigo de dano à comunidade da região onde está sendo instalado o porto, caso a empresa mantenha a sua atividade sem atendimento aos regramentos legais que garantem o equilíbrio do sistema ecológico na área. "O Ministério Público Estadual ressalta a informação de que a empresa vem suprimindo vegetação proibida de corte na área em questão, bem como outras irregularidades no procedimento de licenciamento ambiental, e que o local em apreço é área de mangue, e essa circunstância não foi verificada no licenciamento", entendeu o magistrado.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO				
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> O progresso <input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> Debate				
<input type="checkbox"/> Extra <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias <input type="checkbox"/> O 4º poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog				
EDITORIA				
<input checked="" type="checkbox"/> Política		<input type="checkbox"/> Cidades / Vida		<input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
		Outros		Bastidores
DATA	09 / 02 / 2018	PÁG.	03	<input type="checkbox"/> Gerada <input checked="" type="checkbox"/> Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

3 O juiz da Vara de Assuntos Difusos e Coletivos Douglas Martins vai exigir de Astro de Ogum o cumprimento do acordo com a Justiça para enquadrar a instituição dentro dos limites de gastos da LRF. São 31 vereadores, cada qual com uma penca de assessores, além dos contratados a torto e a direito – alguns com tempo até de aposentar. Agora, parece que não tem santo que ajude.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
() O Estado do MA () O Imparcial () Pequeno () O progresso () Atos e Fatos <input checked="" type="checkbox"/> Debate () Extra () A tarde () Correio de Notícias () O 4º poder () Internet / Blog			
EDITORIA			
() Política () Cidades / Vida () Geral () Polícia		Outros	
DATA	09 02 / 2018	PÁG.	03 () Gerada <input checked="" type="checkbox"/> Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva () Negativa

ÔNIBUS

Vereador aciona o MP para analisar aumento no preço de passagens

O vereador César Bombeiro (PSD) encaminhou ofício ao procurador geral de Justiça, Luis Gonzaga Martins Coelho, solicitando a intervenção do Ministério Público para proceder análise no aumento no preço das passagens dos transportes coletivos de São Luís. A decisão do parlamentar do PSD foi provocada pelo fato do Sindicato das Empresas de Passageiros alegar inúmeras dificuldades para transferir suas responsabilidades fazendo-as serem embutidas no valor das tarifas.

Enquanto o Sindicato das Empresas aponta que os terminais de integração, bilhetagem eletrônica, ar condicionado, e GPS, além de outros itens constantes no contrato de licitação, César Bombeiro afirma que desde a celebração desse acordo nada melhorou para o usuário, "muito pelo contrário, as di-



Vereador Cezar Bombeiro

ficuldades de outrora foram acentuadas com os vícios das empresas nos mesmos setores, ainda tripudiando dos usuários", completa.

O vereador social democrata defende que o reajuste das tarifas têm de passar por uma ampla discussão envolvendo a Câmara Municipal, o Ministério Público

e entidades da sociedade civil. Por sua vez, o setor empresarial tem o entendimento contrário, para que a tarifa da remuneração seja composta pela passagem e complementada pelo município com subsídio para as concessionárias.

Continuando a discussão sobre o tema, César

Bombeiro pontua outra ação prejudicial aos usuários, pois "com os chamados corredores fracionados de transporte coletivo as viagens se tornaram mais demoradas, e os terminais se transformando em verdadeiros infernos para os passageiros". Ele acentua para a necessidade de paradas de ônibus dignas, para que os usuários possam contar com abrigos decentes, principalmente no período das chuvas.

Para César Bombeiro, é necessário ser feita uma revisão na concorrência pública para o setor, o que para ele "visa garantir os direitos das pessoas que utilizam o sistema, e não os interesses daqueles que exploram e dominam o sistema, sem prestar um serviço de qualidade para os usuários, que já são penalizados com uma tarifa exorbitante e totalmente fora da realidade".



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
() O Estado do MA () O Imparcial <input checked="" type="checkbox"/> Pequeno () O progresso () Atos e Fatos () Debate () Extra () A tarde () Correio de Notícias () O 4º poder () Internet / Blog			
EDITORIA			
<input checked="" type="checkbox"/> Política () Cidades / Vida () Geral () Polícia		Outros	Informe JP
DATA	09 02 / 2018	PÁG.	03 () Gerada <input checked="" type="checkbox"/> Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva () Negativa

Miudinhas

- O vereador César Bombeiro (PSD) encaminhou ofício ao procurador geral de Justiça, Luis Gonzaga Martins Coelho, solicitando a intervenção do Ministério Público para proceder análise no aumento no preço das passagens dos transportes coletivos de São Luís.
- Segundo informou o parlamentar, “a decisão foi provocada pelo fato do Sindicato das Empresas de Passageiros alegar inúmeras dificuldades para transferir suas responsabilidades fazendo-as serem embutidas no valor das tarifas.”
- “Enquanto o Sindicato das Empresas aponta que os terminais de integração tem bilhetagem eletrônica, ar condicionado, e GPS, César Bombeiro afirma que desde a celebração desse acordo nada melhorou para o usuário.
- O vereador defende que o reajuste das tarifas têm que passar por ampla discussão envolvendo a Câmara Municipal, o Ministério Público e entidades da sociedade civil.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
() O Estado do MA () O Imparcial () Pequeno () O progresso (<input checked="" type="checkbox"/>) Atos e Fatos () Debate			
() Extra () A tarde () Correio de Notícias () O 4º poder () Internet / Blog			
EDITORIA			
(<input checked="" type="checkbox"/>) Política () Cidades / Vida () Geral () Polícia		Outros	
DATA	09 / 02 / 2018	PÁG.	03 () Gerada (<input checked="" type="checkbox"/>) Espontânea (<input checked="" type="checkbox"/>) Positiva () Negativa

Cézar Bombeiro aciona o MP para analisar aumento no preço de passagens de ônibus

O vereador Cézar Bombeiro (PSD) encaminhou ofício ao procurador geral de Justiça, Luis Gonzaga Martins Coelho, solicitando a intervenção do Ministério Público para proceder análise no aumento no preço das passagens dos transportes coletivos de São Luís. A decisão do parlamentar do PSD foi provocada pelo fato do Sindicato das Empresas de Passageiros alegar inúmeras dificuldades para transferir suas responsabilidades

fazendo-as serem embutidas no valor das tarifas.

Enquanto o Sindicato das Empresas aponta que os terminais de integração, bilhetagem eletrônica, ar condicionado, e GPS, além de outros itens constantes no contrato de licitação, Cézar Bombeiro afirma que desde a celebração desse acordo nada melhorou para o usuário, "muito pelo contrário, as dificuldades de outrora foram acentuadas com os vícios das empresas nos mesmos

setores, ainda tripudiando dos usuários", completa.

O vereador social democrata defende que o reajuste das tarifas têm de passar por uma ampla discussão envolvendo a Câmara Municipal, o Ministério Público e entidades da sociedade civil. Por sua vez, o setor empresarial tem o entendimento contrário, para que a tarifa da remuneração seja composta pela passagem e complementada pelo município com subsídio para as concessionárias.

Continuando a discussão sobre o tema, Cézar Bombeiro pontua outra ação prejudicial aos usuários, pois "com os chamados corredores fracionados de transporte coletivo as viagens se tornaram mais demoradas, e os terminais se transformando em verdadeiros infernos para os passageiros". Ele acentua para a necessidade de paradas de ônibus dignas, para que os usuários possam contar com abrigos decentes, principalmente no período das chuvas.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
(<input checked="" type="checkbox"/>) O Estado do MA () O Imparcial () Pequeno () O progresso () Atos e Fatos () Debate () Extra () A tarde () Correio de Notícias () O 4º poder () Internet / Blog			
EDITORIA			
(<input checked="" type="checkbox"/>) Política () Cidades / Vida () Geral () Polícia		Outros	Estado Maior
DATA	09 / 02 / 2018	PÁG.	03 () Gerada (<input checked="" type="checkbox"/>) Espontânea (, Positiva () Negativa

Escândalo

Virou mais um escândalo do governo Flávio Dino a denúncia de deputados da própria base sobre secretários que usam a máquina na compra de votos.

A cada dia aumenta o número de parlamentares que revelam casos envolvendo auxiliares do comunista.

A denúncia é mais grave porque caracteriza claramente um crime eleitoral.

“Aluguel camarada”

Depois de completar 1 ano do escândalo do “aluguel camarada”, como ficou conhecida a locação de um imóvel na Aurora, o Governo desativou o anexo da Funac e instalou uma companhia da PM no local.

Seria esta a forma de amenizar a crise com a comunidade e tentar neutralizar as críticas aos já constatados privilégios concedidos ao proprietário do imóvel, que é filiado ao PCdoB.

Ocorre que a “companhia militar”, na verdade, sequer existe. No local, há apenas um policial de plantão, sem viatura. Alô, Ministério Público.

NOTÍCIAS DIVERSAS



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> O Imparcial <input checked="" type="checkbox"/> Pequeno
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> O progresso <input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> Debate
<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias <input type="checkbox"/> O 4º poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog
EDITORIA	
<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
Outros	Capa
DATA	09 02 / 2018
PÁG.	01
<input type="checkbox"/> Gerada	<input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Famem e Assembleia Legislativa garantem carnaval nos municípios

PÁG. 3 [CI]



AGÊNCIA ASSEMBLEIA

Othelino Neto, acompanhado de outros deputados, recebeu a comitiva de prefeitos na Assembleia



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO

() O Estado do MA () O Imparcial Pequeno () O progresso () Atos e Fatos () Debate
() Extra () A tarde () Correio de Notícias () O 4º poder () Internet / Blog

EDITORIA

Política () Cidades / Vida () Geral () Polícia Outros

DATA 09 02 / 2018 PÁG. 03 () Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa

Famem e Assembleia Legislativa garantem carnaval nos municípios

Após uma série de encontros e muitas reivindicações, o presidente da Assembleia Legislativa, Othelino Neto (PCdoB), apresentou, na manhã desta quinta-feira (8), ao presidente da Federação dos Municípios do Maranhão (Famem), Cleomar Tema, e dezenas de prefeitos, cópia da Proposta de Emenda Constitucional (PEC), que modifica o artigo 51 da Constituição Estadual e revoga a Instrução Normativa do TCE, que inviabilizaria a realização do Carnaval na maioria das cidades maranhenses.

Pela Instrução do TCE, são consideradas ilegítimas para os fins do artigo 70 da Constituição Federal, qualquer despesa custeada com recursos públicos municipais – inclusive aqueles decorrentes de contrapartida em convênio – com eventos festivos quando o município estiver em atraso com o pagamento da folha salarial (incluindo terceirizados, temporários e comissionados); ou em estado de emergência ou de calamidade pública decretado. Na esteira da decisão do TCE, a Secretaria de Cultura do Estado baixou a Portaria, nº 067/2018, determinando que o governo do Maranhão somente efetuará transferências voluntárias de recursos para municípios, cujos gestores, comprovem, através de declaração que deve ser entregue na Sectur, que estão com os salários dos servidores públicos rigorosamente em dia.

“Foi uma vitória conquistada com muita luta, com muito esforço,



Othelino Neto, acompanhado de outros deputados, recebeu a comitiva de prefeitos na Assembleia

mas agora estamos tranquilos e poderemos realizar o Carnaval em nossos municípios. Essa é uma festa tradicional, é uma das maiores expressões da cultura popular do Brasil, que incrementa o turismo, gera receitas. É uma vitória de todos, dos prefeitos e do Legislativo”, destacou o presidente da Famem.

Conforme o presidente da Famem, a decisão do TCE foi tomada num momento em que praticamente todos os prefeitos já estavam com suas festividades organizadas, de contratos com bandas e outras despesas. Ele entende que, se prevalecesse tal determinação, muitos prefeitos correriam risco de serem penalizados posteriormente.

A PEC é de autoria do deputado Júnior Verde (PRB) e acresce ao parágrafo 5º, do artigo 51, a seguinte redação: “No exercício do poder regulamentar, o Tribunal

de Contas não poderá expedir atos normativos que criem restrições ao poder discricionário dos administradores públicos, bem como estabeleçam sanções não previstas em lei”.

Já no parágrafo 6º do mesmo artigo, a PEC estabelece: “Para expedições de atos normativos de quaisquer espécies, o Tribunal de Contas deverá ouvir, previamente, em audiência pública, os gestores públicos dos ente federados, convocados por todos os meios e instrumentos legítimos de que dispuser, sendo obrigatória a divulgação na internet e no diário oficial eletrônico da minuta do ato, com antecedência mínima de 15 dias”.

Subscrita por 28 parlamentares, a PEC já está em tramitação e deverá ser aprovada logo após o Carnaval, de acordo com o presidente da AL, Othelino Neto. “Não estamos entrando em

choque com o Tribunal de Contas órgão com quem a Assembleia tem plena harmonia, embora nem sempre tenha que pensar igual, como é normal numa democracia”, afirmou o presidente do Legislativo Estadual.

De acordo com Othelino Neto, a decisão dos parlamentares vai ao encontro dos anseios dos prefeitos e não significa subestimar, a Corte de Contas do Estado.

“O Carnaval é uma manifestação de alegria, uma festa presente e muito fortalecida em todas as cidades. Com certeza, pequenos vendedores e outros profissionais, assim como os próprios prefeitos já fizeram investimentos e não seria justo banir tal festividade. As normas moralizadoras do TCE não serão atingidas, uma vez que essa PEC representa apenas alguns ajustes, por conta do cronograma das prefeituras”, ressaltou Othelino Neto.

AGÊNCIA ASSEMBLEIA



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> O progresso
<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> A tarde
<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input type="checkbox"/> O 4º poder	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
EDITORIA			
<input checked="" type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida	<input type="checkbox"/> Geral	<input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> Outros			
DATA	09 / 02 / 2018	PÁG.	03
	<input type="checkbox"/> Gerada	<input type="checkbox"/> Espontânea	<input type="checkbox"/> Positiva
	<input type="checkbox"/> Negativa		

Famem tenta barrar norma do TCE

Entidade entende que Instrução Normativa do TCE-MA é "inconstitucional". Prefeitos discutiram com presidente da Assembleia Legislativa, Othelino Neto, revogação de decisão

PAULO DE TARSO JR.

A Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (Famem) está mobilizada para barrar a Instrução Normativa do Tribunal de Contas do Estado (TCE-MA), que determina a proibição de uso de recursos públicos municipais na organização de atividades festivas – como é o caso do carnaval – quando a prefeitura estiver com a sua respectiva folha salarial atrasada. Para a Famem, a decisão tomada pelo TCE-MA no fim do mês passado é "inconstitucional". E como forma de encontrar um mecanismo para evitar o cumprimento da norma, dirigentes da entidade acompanhados por 25 prefeitos foram à Assembleia pedir "apoio" à Casa.

A comitiva, liderada pelo presidente da Famem, prefeito Cleomar Tema (Tuntum), esteve reunida com o presidente da Assembleia, deputado estadual Othelino Neto (PCdoB), e reivindicou medidas que revoguem a decisão do Tribunal de Contas.

Em resposta à solicitação, os prefeitos tiveram de se contentar com a garantia de Othelino Neto de que a Assembleia Legislativa iria se dedicar a discutir o assunto. Na semana passada, o dirigente do Legislativo já havia recebido um parecer técnico sobre a "inconstitucionalidade da decisão do TCE".

"Vários colegas deputados estão debatendo o assunto. Foi apresentada uma PEC pelo deputado Júnior Verde (PRB), e assinada por outros 26 deputados, para que nós possamos discutir melhor a validade dessa Instrução Normativa, estabelecer al-



Deputado Othelino Neto recebe comitiva de prefeitos da Federação dos Municípios do Estado do Maranhão

guns critérios e, claro, respeitando as prerrogativas do Tribunal de Contas do Estado, que é um órgão de fiscalização da maior importância. Mas, como ficaram alguns questionamentos, a Assembleia Legislativa é o ambiente legítimo para que nós possamos discutir e ouvir, inclusive, o Tribunal de Contas, que será convidado para participar da discussão em torno desta PEC", assinalou Othelino Neto.

O deputado Júnior Verde explicou que a PEC busca uma conciliação entre os gestores municipais e o TCE, com o objetivo de promover um diálogo mais interativo entre as duas instâncias. "O que nós queremos é levar segurança jurídica aos prefeitos diante das suas ações. Claro que, nas resoluções que surgem do Tribunal, é necessário que os gestores tenham a oportunidade de serem ouvidos. Nesse propósito, a PEC garante esse princípio, inclusive com audiência pública prevista", completou.

Decisão

A decisão foi tomada pelo pleno do Tribunal de Contas do Estado (TCE-MA) que aprovou, por unanimidade, a proposta de Instrução Normativa que dispõe sobre despesas com festividades realizadas pelo Poder Executivo Municipal. A decisão atende a sugestão formulada conjuntamente pelo Ministério Público Estadual (MPE) e pelo Ministério Público de Contas (MPC).

O TCE entende que, se há atraso no pagamento da folha salarial dos municípios (incluindo terceirizados, temporários e comissionados), a prefeitura não deve usar dinheiro do seu próprio cofre para promover o carnaval. Essa prática, segundo o tribunal, é ilegítima.

"Os municípios que estiverem nessa situação de inadimplência e que não atenderem ao comando, vão sofrer as penalidades, as sanções decorrentes que constam da própria Instrução Normativa. Se detec-

tarmos que o município que estiver em situação de inadimplência e for fazer o carnaval, o MP de Contas vai representar o tribunal para que este carnaval seja suspenso. O tribunal pode determinar a suspensão deste carnaval. Tudo a partir dessa determinação e desse controle da legitimidade que é feito e que é de competência do Tribunal de Contas", afirmou a procuradora do MPC, Flávia Gonzalez Leite.

De acordo com a medida aprovada, são consideradas ilegítimas, para os fins do artigo 70 da Constituição Federal, qualquer despesa custeada com recursos públicos municipais – inclusive aqueles decorrentes de contrapartida em convênio – com eventos festivos quando o município estiver em atraso com o pagamento da folha salarial (incluindo terceirizados, temporários e comissionados); ou em estado de emergência ou de calamidade pública decretados.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> O progresso <input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> Debate			
<input type="checkbox"/> Extra <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias <input type="checkbox"/> O 4º poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog			
EDITORIA			
<input checked="" type="checkbox"/> Política		<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia	
Outros			
DATA	09 / 02 / 2018	PÁG.	03 <input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Sectur adequa procedimentos à decisão do Tribunal de Contas

A Secretaria de Turismo do Estado do Maranhão (Sectur) baixou, nesta semana, portaria com o objetivo de adequar rotinas para atender às exigências da Instrução Normativa Nº 54 do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão (TCE), que disciplina a realização de festividades pelos municípios ma-

ranhenses com o uso de recursos públicos.

De acordo com a Portaria Sectur Nº 067/2018, os recursos destinados à realização de festividades, oriundos da celebração de convênios estaduais, somente serão repassados aos municípios que cumprirem os dispositivos da Instrução Nor-

mativa Nº 54.

Para conseguir a liberação dos recursos, os prefeitos devem apresentar à Secretaria Estadual de Turismo declaração atestando que o município não está com atraso no pagamento da folha de salários, incluindo terceirizados, contratados temporariamente ou ocupantes

de cargos comissionados, além de confirmar que o município não se encontra em estado de emergência ou de calamidade pública. A declaração assinada pelo prefeito municipal terá validade máxima de 30 dias.

A Portaria da Sectur determina, também, que todas as informações e documentos relativos à prestação de contas dos convênios celebrados para a realização de festividades sejam disponibilizados nos Portais de Transparência municipais.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> O progresso <input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> Debate			
<input type="checkbox"/> Extra <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias <input type="checkbox"/> O 4º poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog			
EDITORIA			
<input checked="" type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia		Outros Bastidores	
DATA	09 / 02 / 2018	PÁG.	03 <input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Cidades sem folia

Uma comitiva de 25 prefeitos, liderados pelo presidente da Federação dos Municípios do Maranhão (Famem), Tema Carvalho Cunha, visitou ontem o presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão, Othelino Neto. Em pauta, a Instrução Normativa do Tribunal de Contas do Estado (TCE), que proíbe a realização de festas carnavalescas, este ano, nos municípios que estão com a folha em atraso.

Carnaval só na TV

Como se poder ver, as restrições do TEC aos municípios sobre gastos com carnaval das prefeituras com a folha de servidores em atraso está gerando muita controvérsia. Foi parar no gabinete de Othelino, que deve intermediar negociações para tentar uma saída. O povo quer folia, e a prefeitura, também. Mas a grana é curta.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

**COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO**

VEÍCULO			
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> O progresso <input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> Debate			
<input checked="" type="checkbox"/> Extra <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias <input type="checkbox"/> O 4º poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog			
EDITORIA			
<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia <input type="checkbox"/> Outros			
DATA	09 / 02 / 2018	PÁG.	02 <input checked="" type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

**Presidente da AL
Othelino Neto recebe
comitiva de prefeitos
da FAMEM**

PÁGINA 2



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO

() O Estado do MA () O Imparcial () Pequeno () O progresso () Atos e Fatos () Debate
(X) Extra () A tarde () Correio de Notícias () O 4º poder () Internet / Blog

EDITORIA

() Política () Cidades / Vida (X) Geral () Polícia Outros

DATA 09 / 02 / 2018 PÁG. 02 () Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa

EM RITMO DE FESTA

Othelino Neto recebe comitiva de prefeitos da Federação dos Municípios do Estado do Maranhão

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Othelino Neto (PCdoB), acompanhado de outros deputados estaduais, recebeu, nesta quinta-feira (8), uma comitiva composta por 25 prefeitos da Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (Famem). Em pauta, a Instrução Normativa do Tribunal de Contas do Estado (TCE), que proibe a realização de festas carnavalescas, este ano, nos municípios que estão com as folhas em atraso.

Durante o encontro, o presidente Othelino Neto ouviu atentamente as reivindicações e frisou que o Parlamento compreende a importância das Instruções Normativas e Resoluções do TCE, que têm por objetivo proteger a aplicação dos recursos públicos. Ele assegurou ainda que a Proposta de Emenda à Constituição, apresentada pelo deputado Júnior Verde (PRB) e assinada por outros 26 deputados, que trata sobre o assunto, será amplamente debatida na Assembleia Legislativa e o TCE será convidado a participar das discussões.



O Presidente da Assembleia Othelino Neto recebeu dezenas de prefeitos em audiência

“Vários colegas deputados estão debatendo o assunto. Foi apresentada uma PEC pelo deputado Júnior Verde, e assinada por outros 26 deputados, para que nós possamos discutir melhor a validade dessa Instrução Normativa, estabelecer alguns critérios e, claro, respeitando as prerrogativas do Tribunal de Contas do Estado, que é um órgão de fiscalização da maior importância. Mas, como ficaram

alguns questionamentos, a Assembleia Legislativa é o ambiente legítimo para que nós possamos discutir e ouvir, inclusive, o Tribunal de Contas, que será convidado para participar da discussão em torno desta PEC”, assinalou Othelino Neto.

O deputado Júnior Verde explicou que a PEC busca uma conciliação entre os gestores municipais e o TCE, com o objetivo de promover

um diálogo mais interativo entre as duas instâncias. “O que nós queremos é levar segurança jurídica aos prefeitos municipais diante das suas ações. Claro que, nas Resoluções que surgem do Tribunal, é necessário que os gestores tenham a oportunidade de serem ouvidos. Nesse propósito, a PEC garante esse princípio, inclusive com audiência pública prevista”, completou.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
() O Estado do MA () O Imparcial (X) Pequeno () O progresso () Atos e Fatos () Debate () Extra () A tarde () Correio de Notícias () O 4º poder () Internet / Blog			
EDITORIA			
() Política () Cidades / Vida () Geral () Polícia		Outros	<i>Capa</i>
DATA	09 02 / 2018	PÁG.	01 () Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa





MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
() O Estado do MA	() O Imparcial	(X) Pequeno	() O progresso
() Atos e Fatos	() Debate	() Extra	() A tarde
() Correio de Notícias	() O 4º poder	() Internet / Blog	
EDITORIA			
() Política	() Cidades / Vida	() Geral	(X) Polícia
Outros			
DATA	09 / 02 / 2018	PÁG.	12
() Gerada	() Espontânea	() Positiva	() Negativa

Delegacia da Mulher investiga supostos assédios de radialista por “vaga” em televisão

DANIEL MORAES
ESPECIAL PARA O JP

A Polícia Civil iniciou, nessa quinta-feira (8), a investigação sobre os supostos assédios sexuais cometidos pelo radialista Samir Ewerton contra mais de 40 profissionais de comunicação de São Luís. O radialista está sendo acusado de pedir favores sexuais em troca de oportunidades de emprego em uma televisão que iria se instalar na capital maranhense. De acordo com a delegada Wanda Moura, titular da Delegacia Especial da Mulher (DEM), até o final da tarde de ontem, cinco mulheres já tinham registrado ocorrências contra o radialista.

“A investigação desse caso já foi iniciada com os boletins de ocorrências das cinco mulheres que procuraram a polícia”, informou a delegada em entrevista ao *Jornal Pequeno*. “Nesta sexta-feira (9), essas mulheres começarão a ser ouvidas. A partir daí, nós poderemos definir se será aberto um Inquérito Policial ou um Termo Circunstanciado de Ocorrência (TCO)”. Segundo a delegada Kazumi Tanaka, coordenadora das Delegacias de Atendimento e Enfrentamento a Violências contra a Mulher, ainda é cedo para dizer se o radialista será penalizado pelos supostos assédios. “Primeiro, nós teremos que analisar muito bem cada caso, averiguar todas as mensagens que ele teria enviado, ouvir todas as mulheres que nos procurarem. Pode haver a necessidade, inclusive, de solicitar pericia no aparelho celular do radialista Samir Ewerton. Só depois de todo esse procedimento, é que será possível concluir se ele de fato cometeu algum crime de assédio sexual ou até mesmo de injúria”, esclareceu a delegada.

Tanaka também afirmou que as investigações podem ser facilitadas se mais vítimas procurarem a Delegacia da Mulher. “Pelos que apuramos, mais de 40 mulheres alegaram ter sofrido algum tipo de assédio por parte do radialista Samir Ewerton. Nós esperamos que essas mulheres procurem a Delegacia da Mulher e relatem esses casos para que possamos investigar”, disse.

ENTENDA O CASO

O caso veio à tona na madrugada de ontem, após a jornalista Lohanna Pausini reproduzir em seu blog prints de uma conversa que teve com Samir pelo aplicativo WhatsApp. Na conversa, depois de informar que estava recrutando profissionais para a TV Metropolitana, o radialista disse que Lohanna chamou sua atenção por ser transexual. “A vaga pode ser sua. É que nunca fiquei mesmo com trans. Estou curioso”, afirmou Ewerton em determinado momento.

Após a postagem, dezenas de outros casos semelhantes começaram a ser compartilhados nas redes sociais. A jornalista Acsa Sefarim utilizou o Facebook para denunciar o radialista. “O jornalista Samir Ewerton me adicionou no whatsapp para propor que eu apresentasse um programa na TV Metropolitana, que está



Print de uma suposta conversa entre o radialista Samir Ewerton e uma candidata a emprego em televisão

chegando a São Luís. Ele propôs uma reunião, eu disse que não poderia ir, pois estaria levando meu marido à rodoviária. Horas mais tarde, o sujeito me chamou no whatsapp e começou uma conversa no mínimo desconfortável, me assediando pela minha aparência e sugerindo que eu traísse meu marido. Eu mal tinha estabelecido um contato meramente profissional com o sujeito, e ele já estava

me assediando descaradamente”, escreveu a jornalista na rede social.

Outro caso, ainda mais grave, foi denunciado por uma estudante, que preferiu não revelar sua identidade, mas também divulgou prints de uma conversa com o radialista. Nos prints, Samir Ewerton pede que ela o ajude a ejacular. O radialista chegou, inclusive, a enviar uma foto de sua genitália para a estudante. A outra candidata, que queria saber se havia sido selecionada para a suposta vaga de emprego na TV Metropolitana, Samir Ewerton afirmou: “Depende. Estou tendo algo mais íntimo com quem seleccionei. Você sabe que isso existe no meio”.

TV METROPOLITANA SE POSICIONA

Por meio de nota, a TV Metropolitana informou que não está com vagas abertas, e que não realiza recrutamentos por meio de redes sociais. “A TV Metropolitana reforça que não está com vagas abertas para contratação de profissionais e que não realiza e não realizará contratações via aplicativos, como WhatsApp, por exemplo. Pessoas mal intencionadas têm se utilizado de mídias sociais para oferecer FALSAS oportunidades de emprego em nossa emissora”, diz a nota.

RADIALISTA É DEMITIDO

Após a grande repercussão, o radialista foi demitido da Rádio Universidade, onde apresentava um programa matinal. “A Rádio Universidade vem a público esclarecer que já foi formalizado junto a Sousândrade o pedido de providências para a demissão do funcionário e que, definitiva e irrevogavelmente, não compactua com qualquer comportamento inadequado, e reitera que os assédios moral e sexual são inadmissíveis”, diz a nota da rádio.

Samir Ewerton nega acusações e registra boletim de ocorrência

O radialista Samir Ewerton utilizou o Facebook para negar as acusações de assédio sexual. Em texto publicado na rede social, Samir disse que não foi o autor das mensagens compartilhadas nas redes sociais, e que quem o acusou terá que provar na Justiça. Na tarde dessa quinta-feira (8), o radialista registrou um boletim de ocorrência no 4º Distrito Policial, do bairro Vinhais, informando que seu celular foi extraviado. “De sábado para domingo, já na madrugada, eu estava vindo de uma festa no Itapiracó. Estava escuro e o carro foi morrendo dentro d’água e ficou lá até de manhã e eu dentro. Pela manhã, passou um rapaz em uma bicicleta e eu pedi para ele empurrar o carro comigo. Eu acho que, nesse momento, meu celular caiu na água, não sei. O fato é que na



O radialista Samir Ewerton nega as acusações

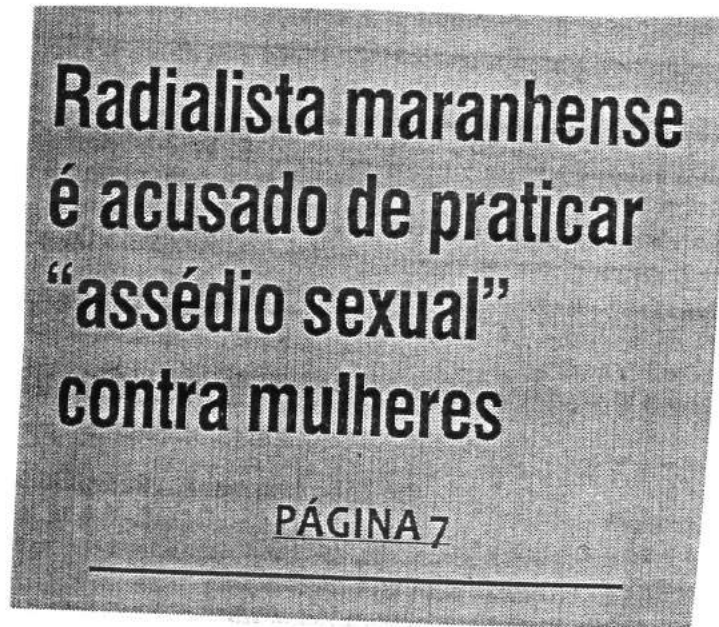
quarta-feira (7) ele começou a emitir sinais e estava lá perto, em via pública ainda. Com meu outro celular, deu para rastrear e eu não sei se alguém pegou algumas conversas normais e transformou em acusações. O cara mandou propostas sexuais para garantir oferta de emprego, mandou nudes como se fosse meu pênis. Não fui eu quem mandei. O celular estava extraviado”, relatou Samir Ewerton, por telefone, ao portal G1 Maranhão.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> O progresso <input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> Debate			
<input checked="" type="checkbox"/> Extra <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias <input type="checkbox"/> O 4º poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog			
EDITORIA			
<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia		Outros	Capa
DATA	09 / 02 / 2018	PÁG.	01 <input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa





MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
EDITORIA			
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
DATA	09 / 02 / 2018	PÁG.	07
			<input type="checkbox"/>
			<input type="checkbox"/>
			<input type="checkbox"/>
			<input type="checkbox"/>

AVALANCHE

Radialista maranhense é acusado de praticar “assédio sexual” contra mulheres

Uma avalanche de denúncias de assédio sexual, contra o radialista Samir Ewerton, invadiu as redes sociais, na manhã desta quinta-feira (8), após depoimento das jornalista Acsa Serafim e Lohana Pausini declarando as “investidas” do radialista em troca de possíveis vagas de emprego na TV Metropolitana.

De acordo com Acsa Serafim, Samir Ewerton entrou em contato com ela, por meio do WhatsApp, propondo uma vaga de apresentadora em um programa da TV Metropolitana (afiliada Band em São Luís). Logo após a publicação, outras possíveis vítimas começaram a postar seus relatos.

“Ele propôs uma reunião, e eu disse que não poderia ir, pois estava levando o meu marido à rodoviária. Pois bem. Horas mais tarde o sujeito me chama no WhasApp, tarde da noite, e começa uma conversa no mínimo desconfortável, me assediando pela minha aparência e sugerindo que traisse o meu marido”, disse a jornalista.

Em nota, a TV Metropolitana informou que não está com vagas abertas para contratação, e que pessoas mal intencionadas têm se utilizado das redes sociais para ofertar falsas vagas na empresa.

LEIA NOTA NA ÍNTEGRA:
A TV Metropolitana, nova afiliada da Band no Maranhão, reforça que não está com vagas abertas para a contratação de profissionais e que não realiza e não realizará contratações via aplicativos, como WhatsApp, por exemplo.



O radialista Samir Ewerton nega tudo e diz que vai acionar a justiça aos caluniadores

Pessoas mal intencionadas têm se utilizado de mídias sociais para oferecer FALSAS oportunidades de emprego em nossa emissora.

Quaisquer dúvidas relativas à TV Metropolitana/Band devem ser encaminhadas para o e-mail contato@danieldejesus.com.br, recomendamos que sejam considerados apenas e tão somente anúncios oficiais

Daniel de Jesus
Coordenador Geral
TV Metropolitana/Band

Por outro lado, o comunicador acusado de praticar esses assédios nega tudo e disse que vai processar judicialmente quem o envolveu em tamanha calúnia. Ele publicou nota dando sua versão sobre o episódio.

NOTA

SINDICATO DOS JORNALISTAS

Companheiros

Diante da notícia da prática de atos ilegais de assédio sexual contra senhoras e senhoritas jornalistas, por parte de um radialista se dizendo preposto de uma empresa de comunicação, que estaria exigindo sexo em troca de vaga de emprego, solicitamos às vítimas que encaminhem a este sindicato, denúncias, através do e-mail: Sinjorslz@gmail.com

Para que providências legais sejam formalizadas junto às autoridades competentes. Agradeço a colaboração de todos e todas.

Douglas Cunha
Presidente



Samir Ewerton

26 min · 🗨️

NOTA DE ESCLARECIMENTO

Em referência ao boato que circula pelo aplicativo de redes sociais whatsapp, esclarecemos:

- 1 - Eu, Samir Pereira Ewerton, vem a público refutar a acusação que estaria assediando colegas de profissão com promessas de emprego e até mandando 'nudes'.
- 2 - Que na madrugada de sábado para domingo (03 para 04), teve o carro caindo em um aguaceiro na estrada do Itapiracó, o carro ficou parado no meio da água, tendo desde então ter ficado sem celular, pois não foi encontrado com o carro todo inundado;
- 3 - Porém são inverídicas tais acusações, pois somente ontem recuperei o celular tendo sido encontrado pelo mecânico já que teve que fazer todo um trabalho de higienização com retirada dos bancos e só assim foi encontrado;
- 4 - Todas as providências estão sendo tomadas, inclusive com registro de B.O. na Polícia Civil para esclarecer tudo;
- 5 - Quem está me acusando terá que provar na Justiça que fui eu quem mandei ou fiz tais assédios;
- 6 - Que é fato que deletei um grupo de Whats em que



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> O progresso
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input type="checkbox"/> O 4º poder
<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
EDITORIA			
<input checked="" type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida	<input type="checkbox"/> Geral	<input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> Outros			
DATA	09 / 02 / 2018	PÁG.	03
		<input type="checkbox"/> Gerada	<input type="checkbox"/> Espontânea
		<input type="checkbox"/> Positiva	<input type="checkbox"/> Negativa

Deputados revelam novas denúncias contra auxiliares de Flávio Dino

Parlamentares governistas acusam secretários de estarem usando a máquina para comprar votos no interior maranhense; caso deve ser levado à Justiça

A revelação do deputado estadual Raimundo Cutrim (PCdoB) - de que secretários da gestão Flávio Dino (PCdoB) que são pré-candidatos na eleição deste ano estão usando a estrutura dos cargos para angariar apoio de prefeitos e lideranças pelo interior do Maranhão - estimulou os depoimentos de outros membros da base aliada ao Palácio dos Leões, na sessão plenária de ontem, na Assembleia Legislativa.

Num duro discurso durante o grande expediente, o deputado Josimar de Maranhãozinho (PR), que adentrou recentemente ao governo, não apenas endossou o relato de Cutrim, como revelou o nome de um dos secretários que, segundo ele, "usa claramente a secretaria para promover sua própria campanha": Márcio Honaiser, atual titular da Secretaria de Estado da Agricultura e pré-candidato a deputado estadual pelo PDT.

Presidente do PR, o parlamentar citou um caso ocorrido em Araguaína. Segundo ele, na cidade, onde o prefeito também é do PR, Honaiser tem aliança com a oposição, a quem entrega máquinas de programas do Governo do Estado, e deixa o Executivo sem os equipamentos.

"Secretário está indo aos nossos municípios, à minha região especificamente, e chega lá como secretário presenteando a oposição com dinheiro do governo, com equipamentos que custam mais de R\$ 500 mil. No final de semana passada, a oposição, com o secretário Márcio Honaiser, que usa claramente a secretaria para promover sua própria campanha, foi lá e presenteou com dois tratores, caminhões, a oposição do prefeito. Enquanto o prefeito, que é meu aliado, que discursou no evento do PR, elogiou o governo. Em setembro, pediu uma colaboração para o Festival do Peixe - não teve. Pediu uma colaboração, em novembro, para o aniversário da cidade - também não teve. Agora, para o Carnaval, foram liberados R\$ 50 mil para fazer um Carnaval com quatro noites de festa", relatou.

O deputado ameaçou deixar a base de Flávio Dino caso esse tipo de



Josimar de Maranhãozinho foi o terceiro governista a ir à tribuna da Assembleia denunciar secretários

SAIBA MAIS

Honaiser nega ter feito campanha

Márcio Honaiser negou estar aliciando prefeitos. No caso citado por Stenio, ele diz que sequer fez menção ao prefeito e que baseou sua fala na entrega dos equipamentos pela Sagrima. De acordo com ele, apenas lideranças se manifestaram no ato.

prática persista. "De forma alguma vou estar no governo que as pessoas que estão à frente, lá na minha região, não respeitam o meu partido e muito menos os meus aliados", disparou.

Na esteira do discurso de Josimar de Maranhãozinho, outros três membros da base governista - Siênio Rezende (DEM), Sérgio Frota (PSDB) e Júnior Verde (PRB) - também reforçaram as denúncias.

"O senhor Márcio Honaiser me dá também uma dor de cabeça em duas pequenas cidades: em Nova Colinas e em Benedito Leite. Ele chega, às vezes, com essas propostas para os prefeitos", revelou.

"O que está acontecendo é o uso realmente de forma, infelizmente, a prejudicar aqueles que são candidatos, porque quem tem o poder o utiliza para retirar prefeitos dos deputados. O sentimento que temos aqui, acho que é um sentimento compartilhado, é que estamos ajudando o governo para o governo vir contra nós"

JÚNIOR VERDE, deputado estadual

Titular da Agricultura Familiar foi o primeiro denunciado

Mesmo sem citar nomes, o deputado Raimundo Cutrim (PCdoB) acabou revelando que um dos auxiliares do governo Flávio Dino (PCdoB) que tem assediado prefeitos em busca de apoio eleitoral é o secretário de Estado da Agricultura Familiar, Adelson Soares, pré-candidato a deputado estadual pelo PCdoB.

Após assediado prefeitos, no ano passado, ele acabou sendo convocado, a requerimento do deputado Júnior Verde (PRB) - aprovado por unanimidade -, para dar explicações na Assembleia. A base aliada, con-

tudo, acabou tratando de pôr panos quentes na questão, o que incomodou Cutrim. E ele citou o caso no discurso da quarta-feira, 7.

"Aqui, o deputado Júnior Verde fez uma convocação, depois ficou o dito pelo não dito. Não sei por que ele não falou o que ele pensava inicialmente", destacou.

Segundo o deputado, Soares condiciona a viabilização de benefícios e ações à garantia de votos. "São pessoas que estão condicionando o voto. Isso é crime. Isso é crime eleitoral e eu não aceito", declarou. ●



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA () O Imparcial () Pequeno () O progresso () Atos e Fatos () Debate () Extra () A tarde () Correio de Notícias () O 4º poder () Internet / Blog			
EDITORIA			
<input checked="" type="checkbox"/> Política () Cidades / Vida () Geral () Polícia		Outros	Estado Maranhão
DATA	09 / 02 / 2018	PÁG.	03 () Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa

Mais mortes

O aumento da ordem de 12% de mortes em leitos do SUS no Maranhão nos últimos três anos é reflexo da falta de gestão no setor no Executivo estadual.

Sucateamento das UPAs, cortes nos salários de servidores, sobretudo do HTO, corte de repasses a municípios que mantêm hospitais de 20 leitos e desvios de recursos públicos, como apontou a PF, desmontaram a estrutura de Saúde do estado.

No início de 2015, quando assumiu o mandato, Flávio Dino encontrou uma rede de saúde estruturada [Programa Saúde é Vida]. Em pouco mais de três anos, conseguiu desmontar o que recebeu.

POLÍCIA



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> O progresso
<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> A tarde
<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input type="checkbox"/> O 4º poder	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
EDITORIA			
<input checked="" type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida	<input type="checkbox"/> Geral	<input type="checkbox"/> Polícia
Outros			
DATA	09 / 02 / 2018	PÁG.	03
<input type="checkbox"/> Gerada	<input type="checkbox"/> Espontânea	<input type="checkbox"/> Positiva	<input type="checkbox"/> Negativa

TORRENTES II

PF realiza operação no Maranhão e prende oficiais do Corpo de Bombeiros

A Controladoria Geral da União (CGU) e Polícia Federal deflagraram na manhã desta quinta-feira (8), em São Luís, a Operação Torrentes II – Círculo de Fogo com o objetivo de desarticular uma organização criminosa formada por empresários e agentes públicos, que são acusados de desviar recursos do Ministério da Integração Nacional (MI) destinados à assistência às vítimas da estiagem no Estado do Maranhão.

No Maranhão, nove pessoas foram presas. De acordo com as investigações, foram desviados mais de R\$ 10 milhões de reais que seriam usados para o fornecimento de cestas básicas a famílias atingidas pela estiagem nos anos de 2013 e 2014. O dinheiro era desviado através de uma empresa contratada e em seguida, era depositado diretamente na conta dos suspeitos.

Entre os presos estão o coronel do Corpo de Bombeiros João Wanderley Costa Pereira e o primeiro tenente Augusto do César Santos Cutrim, que tiveram a prisão preventiva decretada pela Justiça. Além deles, se apresentou à Polícia Federal o ex-coronel Carlos Robério dos Santos, que ocupou o cargo de Coordenador Estadual de proteção e Defesa Civil do Maranhão entre os anos de 2009 e 2013. Os suspeitos foram ou-



Equipe da Controladoria Geral da União (CGU) participou da operação capitaneada pela Polícia Federal

vidos na sede da Polícia Federal em São Luís.

ENTENDA O CASO - A investigação é um desdobramento da Operação Torrentes, deflagrada em novembro de 2017. Na ocasião, foram revelados indicativos de pagamento de propina a servidores da Secretaria da Casa Militar de Pernambuco, que teriam favorecido a contratações de uma empresa, registrada em nome de “laranjas”, para aquisição de produtos para restabelecimento das cidades da Mata Sul do Estado atingidas por chuvas torrenciais em 2010 e 2017. A

estimativa é que os convênios investigados somem mais R\$ 400 milhões.

Nessa segunda fase da Operação, verificou-se que agentes do Corpo de Bombeiros Militar do Maranhão (CB-MA) também teriam recebido vantagens indevidas para favorecer a contratação, em 2013, da mesma empresa fraudulenta, para fornecimento de cestas básicas e entrega de filtros de propileno para água em municípios do Estado atingidos por forte seca naquele ano. Os contratos investigados, cujos valores transferidos pelo MI superam R\$ 10 mi-

lhões, ocorreram a partir de adesão às atas de registro de preços elaboradas pela Casa Militar de Pernambuco.

Por meio de nota, a Secretaria de Estado de Segurança Pública (SSP-MA) afirmou que o Corpo de Bombeiros está fornecendo as informações solicitadas pelos agentes federais e que aguarda a comunicação judicial para tomar as providências cabíveis. A SSP informou que determinou a abertura de um procedimento interno para apurar a conduta dos envolvidos, inclusive dos militares reformados. PORTAL G1MA



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input checked="" type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> O progresso <input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> Debate			
<input type="checkbox"/> Extra <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias <input type="checkbox"/> O 4º poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog			
EDITORIA			
<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia		Outros <i>Capa</i>	
DATA	09 02 / 2018	PÁG.	<i>14</i> <input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Operação 'Círculo de Fogo' mira gestão Roseana PF PRENDE EX-COMANDANTE DOS BOMBEIROS DO MARANHÃO ACUSADO DE DESVIAR AJUDA A ATINGIDOS PELA SECA

FOTOS: ARQUIVO



O coronel João Wanderley e advogado Manoel Henrique dos Santos Lima foram presos pela PF.

Também foram presos um primeiro-tenente bombeiro e um advogado, que teriam desviado ao menos R\$ 10 milhões dos atingidos pela estiagem, em 2013 e 2014

A Polícia Federal e o Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União deflagraram ontem (8) a segunda fase da Operação Torrentes, batizada de "Círculo de Fogo", prendendo oficiais do Corpo de Bombeiros, advogados e empresários

acusados de desviar dinheiro público que seria destinado para ajudar a reconstruir cidades e ajudar populações atingidas por desastres naturais (enchentes e secas), nos estados do Maranhão e de Pernambuco.

PÁG. 1 [C2]



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO

() O Estado do MA () O Imparcial () Pequeno () O progresso () Atos e Fatos () Debate
() Extra () A tarde () Correio de Notícias () O 4º poder () Internet / Blog

EDITORIA

() Política () Cidades / Vida () Geral () Polícia Outros

DATA 09 02 / 2018 PÁG. () Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa

Operação 'Círculo de Fogo' mira gestão Roseana

PF prende ex-comandante dos bombeiros do Maranhão por desviar ajuda a atingidos pela seca

Também foram presos um primeiro-tenente bombeiro e um advogado, que teriam desviado ao menos R\$ 10 milhões dos atingidos pela estiagem, em 2013 e 2014

OSWALDO VIVIANI

A Polícia Federal (PF) e o Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União deflagraram ontem (8) a segunda fase da Operação Torrentes, batizada de "Círculo de Fogo", prendendo oficiais do Corpo de Bombeiros, advogados e empresários acusados de desviar dinheiro público que seria destinado para ajudar a reconstruir cidades e ajudar populações atingidas por desastres naturais (enchentes e secas), nos estados do Maranhão e de Pernambuco. No Maranhão – onde os desvios chegaram a R\$ 10 milhões, segundo a PF –, os alvos da "Círculo de Fogo" foram o coronel bombeiro militar João Wanderley Costa Pereira, que comandou a corporação no estado de 1º de março de 2013 a 3 de janeiro de 2015 (gestão Roseana Sarney, do PMDB) e o primeiro-tenente bombeiro militar Augusto César dos Santos Cutrim, também envolvido em desvios ocorridos em 2013 e 2014.

As prisões de ambos foram temporárias (detenção com prazo de duração de 5 dias, podendo ser prorrogada ou transformada em preventiva, sem prazo para terminar). Endereços ligados a João Wanderley e Augusto César, em São Luís, também foram alvos de mandados busca e apreensão. Segundo informou a PF, também foi preso na capital maranhense (neste caso, preventivamente) o advogado Manoel Henrique dos Santos Lima (OAB-MA 10865), que atuou até 2014 como assessor jurídico da Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil do Maranhão (CEPDECMA). Os detidos foram encaminhados à sede da Polícia Federal, no bairro da Cohama. Depois, foram levados à carceragem do quartel do Comando do Corpo de Bombeiros do Maranhão (Bacanga). Dois coronéis da reserva, um da PMMA e outro do Corpo de Bombeiros – Carlos Roberto de Souza Lima, conhecido



O coronel João Wanderley e o advogado Manoel Henrique dos Santos Lima foram presos temporariamente

FOTOS: DIVULGAÇÃO

como "coronel Betão", e Carlos Robério dos Santos – também tiveram seus endereços vasculhados pela PF. Eles não foram detidos. "Coronel Betão" atuou como secretário do Gabinete Militar do governo Roseana Sarney, entre 2009 e 2013. Carlos Robério foi coordenador estadual de Proteção e Defesa Civil do Maranhão, entre 2009 e 2013, igualmente no governo Roseana. Os documentos apreendidos na primeira fase da Operação Torrentes, deflagrada em novembro do ano passado, apenas em Pernambuco, revelaram que um dos grupos empresariais favorecido pelo esquema criminoso também fora beneficiado com contratos firmados com o Corpo de Bombeiros Militar do Maranhão, nos anos de 2013 e 2014, período em que o estado foi governado por Roseana Sarney. A corporação auxiliou vítimas da forte seca que atingiu

o estado naqueles anos. De acordo com os órgãos investigativos, ocorreram diversas irregularidades, a pretexto de ajuda humanitária contra o desastre natural, entre as quais indícios de superfaturamento nos contratos (com preço quase 30% superior ao valor de mercado) e também do não fornecimento integral do objeto pactuado, como cestas básicas à população atingida. As ilegalidades sangraram os cofres da União, segundo a PF, em mais de R\$ 10 milhões. Chamou a atenção dos investigadores que tão logo os valores eram creditados pelo Corpo de Bombeiros Militar do Maranhão na conta da empresa fornecedora investigada (JFW Empresarial), parte deles era repassada diretamente para as contas bancárias de oficiais daquela instituição, inclusive da alta cúpula, ou para as contas de um operador, que se encarregava de transferir-lhes a vaniaagem indevida.

CESTAS E FILTROS

O lobista e pastor evangélico de Pernambuco Daniel Bereira da Costa Lucas teria sido a ponte entre a JFW Empresarial, uma das empresas contratadas para fornecer cestas básicas e filtros de água, de propileno, para apoiar as vítimas das enchentes em Pernambuco, e o comando do Corpo de Bombeiros do Maranhão. Ele foi um dos presos preventivamente em Pernambuco e já se envolveu em outros crimes como assalto a banco, fraude e estelionato. Segundo a PF, depois de um longo período na prisão, o lobista estava atuando em crimes contra a administração pública com corrupção e desvio de recursos. A ata de registro de preço do processo licitatório ganho em Pernambuco chegou ao Comando dos bombeiros no Maranhão, que acabou contratando a empresa JFW. De acordo com a Polícia Federal, do montante de R\$

10 milhões, pelo menos R\$ 8 milhões foram desviado com o superfaturamento e a não execução dos serviços contratados.

EM PERNAMBUCO

No estado de Pernambuco, a "Círculo de Fogo" atuou no Recife e em Jaboatão dos Guararapes (Grande Recife), prendendo preventivamente o advogado e pastor evangélico Daniel Pereira Costa Lucas (OAB-PE 34267, apontado pela PF como lobista), além dos empresários Ítalo Henrique Silva Jaques, Ricardo José de Padilha Carício e Rafaela Carrazone da Cruz Gouveia Padilha (mulher de Ricardo Padilha). Em novembro de 2017, na primeira fase da "Operação Torrentes", apenas o Corpo de Bombeiros de Pernambuco e empresários daquele estado foram alvos da PF. Os desvios investigados foram de dinheiro destinado a reconstruir áreas destruídas pelas enchentes na Mata Sul pernambucana, em 2010 e 2017. Na operação de ontem, a PF mirou num esquema de corrupção semelhante ao de Pernambuco, levado a cabo no Maranhão (em 2013 e 2014), só que os recursos desviados no governo Roseana Sarney foram da ajuda aos atingidos pela longa estiagem, em vez das enchentes. Ao todo, cerca de 80 policiais federais, com o apoio de servidores da Controladoria-Geral da União, saíram às ruas ontem na "Operação Círculo de Fogo" para cumprir 7 mandados de prisão (três deles no Maranhão e quatro em Pernambuco) e 9 de busca e apreensão (dois no Maranhão e sete em Pernambuco), todos expedidos pela 13ª Vara da Justiça Federal, de Pernambuco. Também foi determinado o sequestro dos bens de todos os investigados, como forma de garantir o ressarcimento dos prejuízos causados aos cofres públicos.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
EDITORIA			
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
DATA	09 / 02 / 2018	PÁG.	12
<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa			

Seic cumpre seis mandados de prisão contra trio acusado por roubo de cargas

WELLINGTON RABELLO

Como resultado de investigações do Departamento de Combate ao Roubo de Carga, da Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic), foram cumpridos seis mandados de prisão preventiva, expedidos pela Comarca de Chapadinha e pela 1ª Vara Criminal da Comarca de São Luís. Na ação policial, ocorrida na quarta-feira (7), na capital maranhense e na cidade de Grajaú, foram presos Raimundo Ferreira Barros, conhecido como "Neto de Davinópolis", de 52 anos; Aleciano dos Santos Reis, 31; e João Alberto Chaves Júnior, 30. O trio é apontado como membros de uma quadrilha especialista em roubo de cargas no interior do Maranhão. Segundo o superintendente da Seic, delegado Tiago Bardal, os mandados são oriundos de inquéritos policiais abertos ainda

em 2017, durante investigação sobre a atuação da quadrilha no estado do Maranhão, referente aos assaltos praticados nos dias 24 de janeiro e 16 de maio, ambos praticados em Santa Inês, na altura do povoado Barro Vermelho; e no dia 23 de maio, na cidade de Chapadinha. Os valores das cargas de cigarros, subtraídas nessas três ocorrências, chegam a R\$ 385.908,96. O delegado Tiago Bardal explicou que, para cada um dos presos, havia dois mandados em aberto, sendo um desses cumprido por meio da colaboração entre as polícias Civil e Militar da cidade de Grajaú. Após as formalidades legais, os conduzidos foram encaminhados ao Centro de Observação Criminológica e Triagem de São Luís, no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, onde permanecerão à disposição do Poder Judiciário.



Conforme a Polícia Civil, cada um dos presos possuía um mandado de prisão em aberto

Operação conjunta cumpre mandados de prisão na cidade de Carutapera

Uma operação conjunta das superintendências estaduais de Investigações Criminais (Seic) e de Repressão ao Narcotráfico (Senarc), para combate ao crime organizado e tráfico de drogas no interior do estado, resultou no cumprimento a mandados de busca e apreensão, na manhã de ontem (8), na cidade de Carutapera. Na ocasião, foram presos Genival da Silva Reis e Jessivaldo Soares dos Santos, o "Guri". O superintendente da Seic, delegado Tiago Bardal, informou que, na oportunidade, após buscas na casa de Jessivaldo, foram encontradas várias embalagens de crack já prontas para serem comercializadas, duas balanças de precisão, dinheiro oriundo, da venda de drogas e apetrechos para o tráfico. Bardal disse ainda

que o preso já responde processo criminal pelo mesmo crime. Já Genival, conforme o delegado, apresentou documentação falsa em nome de Geremias. Após consultas em sistemas de segurança, foi constatado que o mesmo é foragido do estado do Pará e possui uma condenação de oito anos pelo crime de tráfico. Após a ação policial, todos foram encaminhados à sede da delegacia de Carutapera, onde foram tomadas as devidas providências de acordo com a análise jurídica dos fatos, sendo autuados por prática de crime de tráfico de drogas e ainda uso de documento falso, no caso do preso Genival. Em seguida, foram encaminhados à unidade prisional da cidade, onde permanecerão à disposição do Poder Judiciário.

(WELLINGTON RABELLO)



Dupla foi presa em cumprimento a mandado de prisão e pela posse de droga



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO

O Estado do MA O Imparcial Pequeno O progresso Atos e Fatos Debate
 Extra A tarde Correio de Notícias O 4º poder Internet / Blog

EDITORIA

Política Cidades / Vida Geral Polícia Outros

DATA

09 / 02 / 2018

PÁG.

07

Gerada Espontânea Positiva Negativa

Homem é preso após furtar bolsa dentro da Igreja N S do Carmo

Uma idosa teve sua bolsa furtada na manhã desta quinta-feira (8), enquanto estava na missa da Igreja do Carmo, em São Luís. Segundo informações, ela teria ido à igreja por volta das 7h30 da manhã e, em determinado momento da celebração, se dirigiu ao altar para comungar. Quando retornou ao assento, foi informada de que um homem saiu da igreja levando sua bolsa.

O homem que cometeu o furto, identificado como Adriano Costa Brandão, de 30 anos, é morador do bairro João Paulo e aproveitou o momento em que os fiéis estavam no ato da comunhão e praticou o furto dentro da igreja católica.

Adriano foi avistado por populares ainda na Praça João Lisboa, com os pertences da vítima. Ele foi pego por uma equipe da Polícia Militar do 1º Batalhão e preso em flagrante.

Quadrilha especializada em roubo de cargas de cigarros é desmontada

Uma Operação da Polícia Civil do Maranhão cumpriu seis mandados de prisão contra integrantes de quadrilha especializada em roubo a cargas de cigarros, eles foram capturados na cidade de Barra do Corda e São Luís. Raimundo Ferreira (52), Aleciano dos Santos Reis (31) e João Alberto Chaves Júnior (30) acabaram presos nesta quarta-feira (07). Os valores das cargas de cigarros subtraídas pelo grupo chegam a mais de R\$ 380 mil.

De acordo com informações, a quadrilha já era conhecida no mundo do crime, para cada preso havia dois mandados de prisão em aberto, sendo apenas um cumprido em



O trio foi preso pela Polícia Civil

Grajaú (MA). Os mandados são resultados de Inquéritos Policiais abertos ainda em 2017, referente aos assaltos praticados em Santa Inês, na altura do povoado barro vermelho, e na cidade de Chapa-

dinha.

Com a operação, os conduzidos foram encaminhados ao Centro de Observação Criminológica e Triagem de São Luís onde permanecerão a disposição do Poder Judiciário.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> O progresso
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input type="checkbox"/> O 4º poder
		<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Debate
		<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
EDITORIA			
<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida	<input type="checkbox"/> Geral	<input type="checkbox"/> Polícia
		Outros	<i>últimas</i>
DATA	09 02 / 2018	PÁG.	07
		<input type="checkbox"/> Gerada	<input type="checkbox"/> Espontânea
		<input type="checkbox"/> Positiva	<input type="checkbox"/> Negativa

Anunciado plano de segurança em São Luís e interior do Maranhão durante o carnaval

O Plano, em São Luís, será composto por 153 policiais civis, entre estes, 25 delegados, que executaram os plantões de 24 horas.



A novidade é que foram instituídos dois plantões extras, no município de Raposa e Cajazeiras

A Secretaria de Segurança Pública do Maranhão, por intermédio das Superintendências de Polícia Civil da Capital (SPCC) e do Interior (SPCI) anunciaram durante coletiva de imprensa,

ontem (8), o Plano de Segurança das delegacias da região Metropolitana de São Luís e interior do Maranhão durante as festividades do Carnaval de Todos 2018.

O superintendente da Polícia Civil da Capital, Armando Pacheco, informou que o plano estratégico manterá o funcionamento dos cinco plantões da Região Metropolitana

da Capital (área da Rua das Cajazeiras, Itaqui Bacanga, Cidade Operária, Maiobão e Cohatrac). A novidade é que foram instituídos dois plantões extras, no município de Raposa e Cajazeiras, que vão reforçar os trabalhos de segurança nos quatro dias de folia.

Armando Pacheco anunciou que o Plano de Segurança, em São Luís, será composto por 153 policiais civis, entre estes, 25 delegados, que executaram os plantões de 24 horas. Ele frisou que, nesta sexta-feira (9), apenas os plantões irão funcionar em São Luís. A Superintendência Estadual de Homicídios e de Proteção à Pessoa (SHPP) vai funcionar durante os quatro dias de Carnaval.

Interior do Estado - O superintendente da SPCI, Divaldo Gonçalves, informou que, nesta sexta-feira (9), serão encaminhados 412 policiais da Polícia Civil, sendo 58 delegados, para reforçar os trabalhos nas 217 cidades do interior do Maranhão. Todas as 18 Delegacias Regionais devem trabalhar em regime de plantão, servindo de base para as demais cidades da circunscrição com apoio de 84 viaturas.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
() O Estado do MA () O Imparcial () Pequeno () O progresso () Atos e Fatos <input checked="" type="checkbox"/> Debate () Extra () A tarde () Correio de Notícias () O 4º poder () Internet / Blog			
EDITORIA			
() Política () Cidades / Vida () Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia		Outros	
DATA	09 / 02 / 2018	PÁG.	07 () Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa

CARUTAPERA

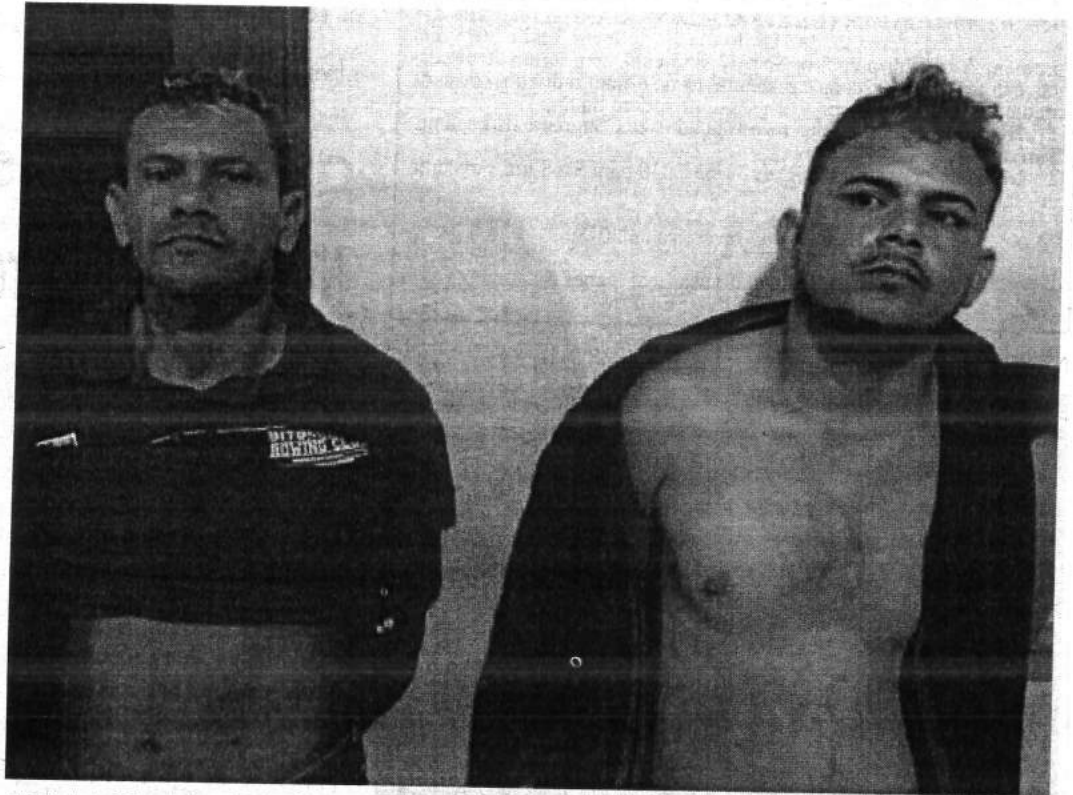
Polícia Civil deflagra operação pré-carnavalesca

Dando continuidade às ações de combate ao crime organizado e o tráfico de drogas no interior do Estado, a Polícia Civil por meio da SEIC e SENARC, deram cumprimento a mandados de busca e apreensão na manhã de ontem (08), que resultou nas prisões dos nacionais Genival da Silva Reis e Jessivaldo Soares dos Santos, na cidade de Carutapera- MA.

Durante as buscas na casa do autuado Jessivaldo, vulgo "GURI", foram encontradas várias embalagens de crack já prontas para serem comercializadas, duas balanças de precisão, dinheiro oriundo da venda de drogas e apetrechos para o tráfico. O suspeito já responde processo criminal pelo mesmo crime.

Já o autuado Genival, apresentou documentação falsa em nome de Geremias, que após consultas em sistemas de segurança foi constatado que o mesmo é foragido do Estado do Pará e possui uma condenação de 08 anos pelo crime de tráfico.

Após a ação policial, todos foram encaminhados à sede da



Genival da Silva Reis e Jessivaldo Soares dos Santos

Delegacia local, onde foram tomadas as devidas providências de acordo com a análise jurídica dos fatos, sendo autuados por

prática de crime de tráfico de drogas (Jessivaldo) e uso de documento falso (Genival).

Diante dos fatos ambos

foram encaminhados a Unidade Prisional de Carutapera, onde permanecerão à disposição do Poder Judiciário.

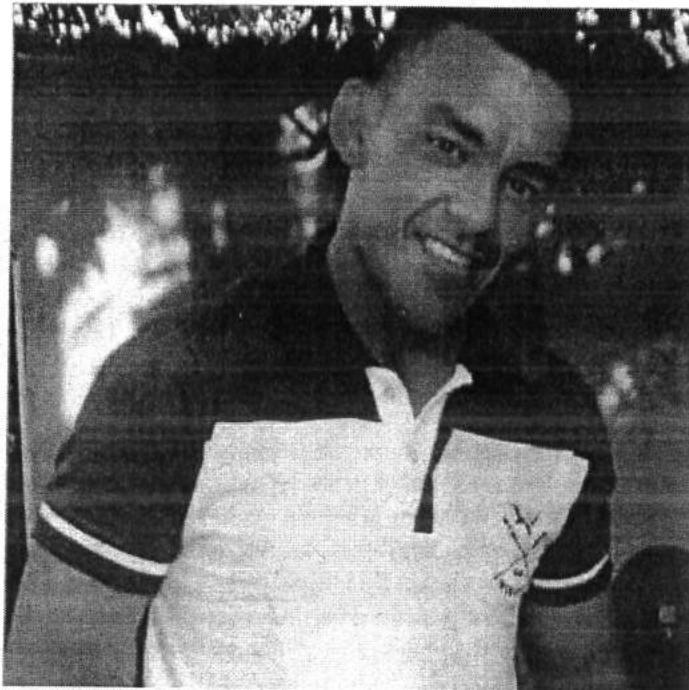


MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
() O Estado do MA () O Imparcial () Pequeno () O progresso () Atos e Fatos <input checked="" type="checkbox"/> Debate			
() Extra () A tarde () Correio de Notícias () O 4º poder () Internet / Blog			
EDITORIA			
() Política () Cidades / Vida () Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia		Outros	
DATA	09 02 / 2018	PÁG.	07 () Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa

PM BALEADO NA CABEÇA



O sargento da Polícia Militar Décio Anastácio Nunes, de 52 anos, foi baleado na cabeça, na manhã de ontem (8), na Estrada de Belford Roxo, na Baixada Fluminense. Além do policial, o irmão do militar identificado como Márcio Nunes, de 40 anos, foi atingido no rosto e no braço. Os dois estavam em uma caminhonete passando pelo bairro Bom Pastor, quando foram surpreendidos por homens armados com fuzis e pistolas. Segundo a polícia, houve intenso confronto. Ambos foram socorridos por um motorista de ambulância que passava no local e foram levados para o Hospital Geral de Nova Iguaçu, o Hospital da Posse. Segundo informações da unidade de saúde, o PM passou por uma cirurgia de emergência e, depois, por uma neurocirurgia. Ele permanece internado na Unidade de Tratamento Semi-Intensivo e em estado grave. Já Márcio foi atendido e permanece internado. Ele permanece em observação e o quadro de saúde dele é considerado estável. Levantamento realizado pela TV Globo aponta que 16 policiais morreram em 2018 no Rio de Janeiro. Desse total, 14 são PMs e dois policiais civis. A maioria dos casos ocorreu no mês de janeiro. No final do mesmo mês, dois PMs, atingidos durante horário de trabalho, foram enterrados no mesmo dia e no mesmo cemitério, na Zona Oeste do Rio: soldado Tiago Chaves da Silva atingido durante operação na Rocinha e o sargento Flávio dos Santos da Cunha baleado na cabeça em patrulhamento na Av. Brasil.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> O progresso
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input type="checkbox"/> O 4º poder
Atos e Fatos <input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Internet / Blog <input type="checkbox"/>			
EDITORIA			
<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida	<input type="checkbox"/> Geral	<input checked="" type="checkbox"/> Polícia
Outros			
DATA	09 / 02 / 2018	PÁG.	07
<input type="checkbox"/> Gerada		<input type="checkbox"/> Espontânea	
<input type="checkbox"/> Positiva		<input type="checkbox"/> Negativa	

Delegacias estão em situação precária no interior do Maranhão

Sinpol denuncia falta de estrutura funcional, servidores improvisados e ambientes insalubres; prédios foram interditados por apresentar perigo à saúde

ISMAEL ARAÚJO
Da editoria de Polícia

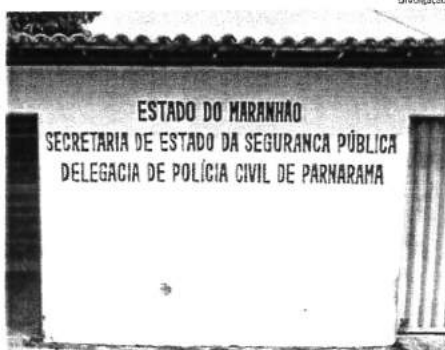
Dezolito delegacias regionais espalhadas no interior do Maranhão funcionam com servidores do setor administrativo exercendo a função de polícia, os chamados "bate-pau", "escrivão ad-hoc" ou "perito ad-hoc", segundo denúncia do Sindicato dos Policiais Cíveis do Maranhão (Sinpol-Ma). O sindicato informou, ainda, que na maioria dessas distritais existe uma série de problemas, como superlotação, ausência de efetivo policial, locais insalubres, prédios interditados pela Justiça, corte de energia elétrica, falta de material de expediente e até mesmo não pagamento de aluguel, o que já resultou em despejo.

Na terça-feira, 6, por exemplo, a delegacia da Polícia Civil de Parnarama foi interditada em cumprimento a uma ordem judicial assinada pela juíza da Comarca, Sheila Silva Cunha. A magistrada alertou para a possibilidade de fugas de apenados ou rebelião nessa unidade. A decisão judicial determinou, também, a transferência dos custodiados nessa cadeia pública para estabelecimento prisional em condições de recebê-los, no prazo de 72 horas. O cumprimento dessa decisão e o local para onde foram levados devem ser comunicado ao juiz, sob pena de multa diária e pessoal no valor de R\$ 5 mil.

A juíza ainda cobrou do Estado que disponibilize agentes penitenciários para a custódia dos presos em Parnarama e que realize a reforma estrutural das celas da delegacia, além de providenciar um efetivo mínimo necessário de servidores para funcionamento regular da Polícia Civil na cidade.

Problemáticas

O presidente do Sinpol-MA, Elton Neves, informou que no ano passado foi criada uma comissão para visitar todas as delegacias regionais do estado e encontrou uma série de pro-



Delegacia de Parnarama, interditada pela Justiça por irregularidades

Distritais também em estado de calamidade

"Além das 18 delegacias regionais, pelo menos 14 distritais passam pela mesma situação, um verdadeiro caos", disse o presidente do Sinpol. Elton Neves explicou que a delegacia regional de Pinheiro funciona em um prédio alugado. Já em Colinas, falta de efetivo, desvio de função do policial civil, péssima estrutura e superlotação.

No fundo dessa delegacia, foi encontrada uma mini-favela. Os próprios presos construíram os pequenos casabres que servem de abrigo, segundo a direção do Sinpol-MA, para cerca de 16 presos. Nesse espaço da delegacia, não há grades, e os internos andam livremente.

Um cenário degradante também foi encontrado na delegacia de Barão de Grajaú. O local abriga aproximadamente 26 presos. As paredes mofadas, instalação elétrica exposta, rachaduras, infiltrações, esgoto estourado, lama exposta pela área externa e a presença de um odor podre tomando conta da delegacia.

Na delegacia de Coelho Neto, a direção do Sinpol-MA constatou que

há presos de Justiça ocupando as celas, e foi observado também o baixo efetivo. A maioria dos policiais desenvolve dupla função, ou seja, de investigador e agente penitenciário.

Na Central de Flagrantes de Timon, mais precariedades foram encontradas, principalmente na estrutura física do prédio. Em Timbiras, a delegacia que faz parte da regional de Codó funciona em estado de precariedades, podendo, inclusive, proporcionar problemas de saúde ao policial civil ou ao apenado.

Ano passado, segundo denúncia feita pelo Sinpol-MA, por cinco vezes a delegacia de Carutapera teve a energia cortada por inadimplência e isso acabou provocando transtornos. O mesmo aconteceu com a delegacia de Polícia Civil de Paraibano. Foram três dias na escuridão. Na cidade de São Pedro dos Crentes, o dinheiro oriundo da Prefeitura para pagar o aluguel da delegacia estaria na iminência de ser cortado a partir deste semestre.

blemas. Uma delas foi a presença de funcionários do administrativo exercendo a função de policial, denominados "bate-pau". "Os funcionários do administrativo são utilizados em operações, incursões, prisões e blitz para suprir a falta de policiais no interior", disse Elton Neves.

Ele explicou, ainda, que foi constatado o trabalho de peritos e de "escrivão ad-hoc" nessas delegacias de forma frequente. Essas irregularidades já foram denunciadas na Delegacia Geral da Polícia Civil. "O delegado pode designar um cidadão de bem para exercer a função de escrivão ou de perito, mas não diariamente, como está ocorrendo no interior do estado", explicou o presidente do Sinpol.

Elton Neves disse ainda que este ano a direção do sindicato já visitou 12 delegacias localizadas na Ilha e nas regiões dos Coacais e Médio Meirim. Na delegacia de Lago do Junco, foi constatado que o forro de uma das salas havia caído.

No início deste ano, o telhado do cartório da Delegacia da Mulher de Imperatriz também despencou, e no local foi constatado que as apresentavam rachaduras e mofo, piso com fezes de gato e infiltrações no banheiro.

Nota

A Secretaria de Segurança Pública (SSP), por meio de nota, informou que desde o início da atual gestão vem adotando um plano emergencial para a recuperação das estruturas dos prédios das delegacias e dos batalhões da Polícia Militar. Destacam-se as reformas e construção de 18 Delegacias Regionais. Em 2017, com o objetivo de fortalecer o aparato da segurança, construiu companhias em quase 15 povoados.

SSP reitera que existe um plano de requalificação dos equipamentos de segurança, executado em parceria com a Secretaria de Estado da Infraestrutura (Sinfra), cujo objetivo é construir e reformar delegacias da capital e do interior. ●

Polícia prende três ladrões de carga no interior

Chefe da quadrilha e dois comparsas foram localizados em Grajaú e levados para Pedrinhas

O chefe de uma quadrilha especializada em roubo de carga no Maranhão, principalmente de cigarros, identificado como Raimundo Ferreira Barros, o *Neto de Davinópolis*, de 51 anos, e os seus cúmplices, Aleciano dos Santos Reis, de 32 anos, e João Alberto Chaves Júnior, de 31 anos, foram encaminhados ontem para o Complexo Penitenciário de Pedrinhas.

Eles foram presos na quarta-feira, 7, na cidade de Grajaú, em cumprimento a uma ordem judicial, segundo informou, ontem, o delegado Thiago Bardal, titular da Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic). O mandado de prisão é oriundo de um inquérito policial instaurado no ano passado por três assaltos. Dois deles ocorreram no povoado de Barro Vermelho, zona rural de Santa Inês. A terceira ação do bando foi na região de Chapadinha.

Bardal também informou que esses assaltos teriam rendido ao grupo criminoso R\$ 385.908,96. Ele

vendeu as cargas roubadas logo após os assaltos a um preço abaixo do mercado. Os principais compradores são comerciantes do interior do estado.

Ainda segundo o delegado, a polícia, no momento, tenta identificar os receptadores. "A parte dessa quadrilha foi detida, inclusive o líder, e agora vamos em busca dos receptadores", explicou Bardal.

Mais prisão

Os "cabeças" do tráfico de droga em Carutapera, Genival da Silva Reis e Jessivaldo Soares dos Santos, o *Guri*, foram presos durante uma incursão realizada ontem por equipes da Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic) e Superintendência de Repressão ao Narcotráfico (Senarc) nessa cidade. Em poder dos criminosos, a polícia apreendeu crack, balança de precisão, dinheiro e embalagem para embalar a droga. ●

Integra em oestadoma.com/441376

Foragido da Justiça preso em Santa Rita

Railson Brito havia saído na Semana Santa do ano passado e não havia retornado ao presídio

O integrante de uma facção criminosa do Rio de Janeiro e foragido do Complexo Penitenciário de Pedrinhas Railson Brito Rodrigues, o *Leleco*, de 24 anos, foi preso ontem, no povoado Sitio do Meio, zona rural de Santa Rita. Ainda de acordo com as informações da polícia, esse criminoso é suspeito de ter cometido mais de 22 assassinatos no interior do estado.

O major Pereira, comandante do 27º Batalhão da Polícia Militar, disse que os moradores denunciaram que esse criminoso estaria aterrorizando essa localidade, principalmente com a realização de assaltos. Os militares foram até o local e conseguiram prender o acusado, que ainda tentou fugir do cerco policial, mas não

conseguiu.

Na delegacia, *Leleco* declarou que faz parte de uma facção criminosa carioca e teria cometido vários homicídios. Ele responde, também, pelos crimes de assalto a mão armada e tráfico de droga. Railson Brito havia sido agraciado com a saída temporária da Semana Santa, em março do ano passado, mas não retornou a Pedrinhas. ●

NA WEB

Mulheres denunciam radialista por assédio

oestadoma.com/441362

Mais notícias de Polícia em oestadoma.com.br



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> O progresso <input checked="" type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> Debate			
<input type="checkbox"/> Extra <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias <input type="checkbox"/> O 4º poder <input checked="" type="checkbox"/> Internet / Blog			
EDITORIA			
<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia <input type="checkbox"/> Outros			
DATA	09 / 02 / 2018	PÁG.	08 <input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Quadrilha especializada em roubo de cargas de cigarros é presa

Uma Operação da Polícia Civil do Maranhão cumpriu seis mandados de prisão contra integrantes de quadrilha especializada em roubo a cargas de cigarros, eles foram capturados na cidade de Barra do Corda e São Luís. Raimundo Ferreira (52), Aleciano dos Santos Reis (31) e João Alberto Chaves Júnior (30) acabaram presos na quarta-feira (7). Os valores das cargas de cigarros subtraídas pelo grupo chegam a mais de R\$ 380 mil. De acordo com informações, a quadrilha já era conhecida no mundo do crime, para cada preso havia dois mandados de prisão em aberto, sendo apenas um cumprido em Grajaú (MA). Os mandados são resultados de Inquéritos Policiais abertos ainda em 2017, referente aos assaltos praticados em Santa Inês, na altura do povoado barro vermelho, e na cidade de Chapadinha. Com a operação, os conduzidos foram encaminhados ao Centro de Observação Criminológica e Triagem de São Luís onde permanecerão a disposição do Poder Judiciário.

Homem é preso em flagrante após furto dentro de igreja

Uma idosa teve sua bolsa furtada na manhã de ontem (8), enquanto estava na missa da Igreja do Carmo, em São Luís. Segundo informações, ela teria ido à igreja por volta das 7h30 da manhã e, em determinado momento da celebração, se dirigiu ao altar para comungar. Quando retornou ao assento, foi informada de que um homem saiu da igreja levando sua bolsa. O homem que cometeu o furto, identificado como Adriano Costa Brandão, 30 anos, é morador do bairro João Paulo e aproveitou o momento em que os fiéis estavam no momento de comungar e praticou o furto dentro da igreja. Adriano foi conduzido pela Polícia Militar do primeiro BP e foi preso em flagrante.

Embragado, motociclista causa acidente e moto pega fogo

Um homem de 38 anos se envolveu em um acidente de trânsito no fim da tarde de quarta-feira (7), em Imperatriz. Embragado, o motociclista entrou na contramão e colidiu a moto em que pilotava com um protetor lateral de uma carreta que seguia no sentido contrário. De acordo com informações da Polícia Rodoviária Federal (PRF), o acidente aconteceu na BR-010, próximo à entrada da Av. Bernardo Sayão. Ainda segundo a PRF, o motociclista, que não possui Carteira Nacional de Habilitação (CNH). Ele informou à PRF que teria bebido quatro garrafas de cerveja em um bar e estaria perdido à procura de sua residência, que fica no Bairro Ouro Verde. Com o impacto, a moto pegou fogo e ficou completamente carbonizada. Militares do Corpo de Bombeiros compareceram ao local e apagaram as chamas do veículo. O condutor não teve ferimentos. Submetido ao teste do etilômetro, foi acusado o índice de 1.13 mg/L. Diante das evidências, o motociclista foi autuado por dirigir sem possuir habilitação e sob efeito de álcool.

Operação Carnaval 2018 da PRF começa hoje

Para aumentar a segurança dos brasileiros que irão viajar no feriado, a Polícia Rodoviária Federal (PRF) começa nesta sexta-feira (9) a Operação Carnaval 2018. Até a próxima quarta-feira (14), a fiscalização será intensificada em todo o Brasil, com atenção especial a locais que registram maior quantidade de acidentes. A ação durante o feriado faz parte da Operação RodoVida, que começou em dezembro de 2017 e terminará em 18 de fevereiro. Segundo a PRF, o Carnaval é um feriado crítico para a fiscalização devido ao fluxo intenso nas rodovias federais e ao consumo abusivo de álcool. Os policiais estarão ainda mais atentos a infrações como ultrapassagens indevidas, excesso de velocidade e falta de equipamentos de segurança, como capacete, cadeirinhas de bebê e cinto de segurança. Em caso de emergência, ligue 191. Nos últimos cinco anos, os estados com maior número de acidentes graves no período foram Bahia, Minas Gerais e Santa Catarina – eles concentram quase 30% de todas as colisões registradas no País no Carnaval. Ano passado, houve 1.696 acidentes de trânsito, 2.019 pessoas multadas e 214 presos por dirigirem alcoolizados e quase 12 mil registros de ultrapassagens indevidas.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> O progresso <input checked="" type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias <input type="checkbox"/> O 4º poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog			
EDITORIA			
<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia <input type="checkbox"/> Outros			
DATA	09 / 02 / 2018	PÁG.	08 <input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

OPERAÇÃO TORRENTES

PF investiga desvios de recursos para vítimas da estiagem no MA

A Polícia Federal deflagrou, ontem (8), a segunda fase da Operação Torrentes, denominada Círculo de Fogo, que buscou apurar desvio de recursos públicos federais e corrupção envolvendo oficiais que atuavam no Corpo de Bombeiros Militar do Maranhão em 2013.

A ação é um desdobramento da Operação Torrentes, deflagrada em novembro de 2017. Na ocasião, foram revelados indicativos de pagamento de propina a servidores da Secretaria da Casa Militar de Pernambuco, que teriam favorecido a contratações de uma empresa, registrada em nome de "laranjas", para aquisição de produtos para restabelecimento das cidades da Mata Sul do Estado atingidas por chuvas torrenciais em 2010 e 2017. A estimativa é que os convênios investigados somem mais de R\$ 400 milhões.

O envolvimento dos oficiais do Maranhão foi averiguado na segunda etapa da Operação Torrentes, quando foi investigado que os militares maranhenses teriam recebido, em 2013, vantagens indevidas para favorecer a contratação da mesma empresa fraudulenta, para fornecimento de cestas básicas e entrega de filtros de propileno para água em municípios do Estado atingidos por forte seca naquele ano. Os contratos investigados, cujos valores transferidos superam R\$ 10 milhões, ocorreram a partir de adesão às atas de registro de preços elaboradas pela Casa Militar de Pernambuco.

Na Operação, cerca de 80 policiais federais, com o apoio de servidores da Controladoria-Geral da União, foram cumprir sete mandados de prisão preventiva e nove mandados de busca e apreensão nos estados de Pernambuco e Maranhão, todos expedidos pela 13ª Vara da Justiça Federal em Pernambuco. Apenas no Maranhão, nove pessoas foram presas. Foi determinado o sequestro dos bens de todos investigados, como forma de garantir o ressarcimento dos prejuízos causados aos cofres públicos.



A segunda fase da Operação Torrentes buscou o cumprimento de sete mandados de prisão preventiva e nove mandados de busca e apreensão em Pernambuco e no Maranhão